



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 6ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar

Data: 23 de maio de 2018

Horário: 09h39 às 11h05

Pauta:

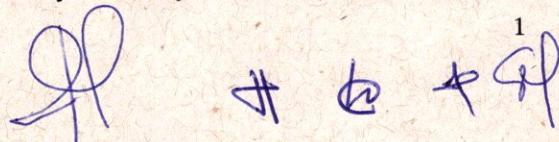
- ✓ Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife: Patrimônio Imaterial;
- ✓ Outros informes.

Participantes da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: Lorena Veloso, Fernando de Alcântara, Sandra Nunes e José Fernandes Júnior.
- ✓ Dos Conselheiros representando o Empresariado:
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Rodrigo Cantarelli (IAB/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental:
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Dirceu Marroquim (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Carlos Alberto Carneiro (Poder Público), Marília Dantas (Poder Público), Marcus Ferraz (Poder Público), Larissa Menezes (Poder Público), Mônica Loreto (Poder Público), Ana Patrícia Uchoa (Poder Público) e Geysa Vilela (Poder Público).

Resumo da reunião:

- ✓ Após confirmação do quórum às 09h39, Lorena Veloso (Poder Público) iniciou a reunião apresentando a pauta do dia e informou que Dirceu Marroquim (Poder Público) fará uma apresentação sobre o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife: Patrimônio Imaterial. Comentou que a DPPC terminou o Diagnóstico sobre a ZEP 5 e a próxima meta é o término da ZEP 10. Ressaltou que trarão os pontos onde a DPCC entrará mais fortemente no Plano Diretor. Informou que no dia 18.06.18, das 08h30 às 17 h, no Museu da cidade do Recife, haverá o I Fórum para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) apresentou o Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife: Patrimônio Imaterial. Informou que a proposta já foi pensada e dialogada, mas ainda não chegou ao seu Marco Legal. Acrescentou que os aspectos jurídicos já foram apresentados em

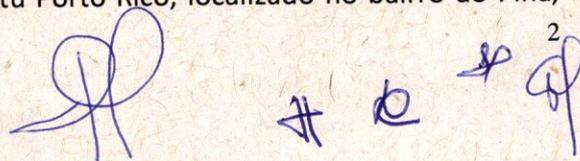


CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 6ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

reuniões anteriores da Câmara Técnica. Explicou que por mais que o Plano apareça como imaterial, ainda não foi incorporado como prática de salvaguarda. Destacou que o Patrimônio Material tem uma amplitude maior que o imaterial. Falou sobre a "Seção da cultura", onde dos dez pontos, destacou os seguintes para comentar: Desenvolver a cultura em todos os seus campos como afirmação de identidade; Inserir a cultura no processo econômico como fonte de geração e distribuição de renda; Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção local e Desenvolver programas para a população de baixa renda na criação, produção e fruição dos bens culturais. Falou do papel do estado na gestão pública da cultura, da proteção e da promoção do patrimônio cultural material e imaterial. Explicou que o Recife possui 17,07 % de bens registrados em âmbito federal, ressaltando que é a maior cidade do país com esse tipo de registro. Apresentou cidades que ainda não possuem uma legislação sobre Patrimônio Imaterial, incluindo Recife. Comentou acerca dos patrimônios materiais que a cidade do Recife possui e destacou que não há uma gestão que sustente a continuidade da preservação desses bens. Ressaltou o desejo de que esses conhecimentos não partam apenas de ações do Poder Público, gostaria que as comunidades se envolvessem nas práticas sociais e se apropriem desses bens. Falou da Convenção para a Salvaguarda (2003), onde entendeu-se que patrimônio cultural imaterial se transmite de geração em geração. Houve o reforço da ideia que os indivíduos se reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural e que sempre gere um sentimento de identidade e continuidade. Mostrou um panorama municipal e ressaltou a dificuldade de ir a campo em diversas ocasiões devido à equipe reduzida. Informou que solicitou à Secretaria de Cultura da cidade do Recife um levantamento do pagamento das apresentações artísticas dos grupos que trabalharam no carnaval e posteriormente conseguiu georreferenciá-los através das informações recebidas. Expôs que a maior concentração de bens registrados, como o Frevo e o Caboclinho, estão localizados em zonas ZEIS. Comentou que fizeram levantamento para saber os potenciais de mobilização de pessoas e saber onde se situam os grupos. Falou que realizaram cruzamentos com alguns terreiros de religiões de matrizes africanas e observaram que onde eles se localizam, há diversas manifestações culturais no seu entorno.

- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou que fizeram articulações com entidades religiosas para auxiliar no trabalho do fortalecimento cultural das comunidades. Observou que deveria haver uma potencialização das áreas verdes para uso das comunidades.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) retomou a apresentação e comentou que 10% do carnaval é liberado para que os Vereadores façam festas em comunidades com determinadas bandas.
- ✓ Debateu-se que se houvesse um investimento do poder privado, haveria possibilidade de ações mais empreendedoras dos movimentos culturais.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) informou que há um percentual de 54,17% de agremiações de manifestações culturais em territórios da ZEIS, e apenas 4,51% nas regiões de ZEPHs. Porém, observou que grande parte das casas onde as agremiações ficam, como no Bairro de São José, por exemplo, são alugadas, podendo elevar esse último percentual apresentado. Falou de casos de agremiações culturais bem sucedidas como o Maracatu Porto Rico, localizado no bairro do Pina,





CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 6ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

onde as crianças da comunidade estão sempre ocupadas em atividades culturais e educacionais. Falou da necessidade que se abra uma viabilidade de construção econômica desses grupos.

- ✓ Larissa Menezes (Poder Público) observou que o baixo percentual de agremiações nas ZEPHs ocorre devido à baixa taxa de habitação nos locais. Explanou que quando a população vai embora do centro, ela leva a manifestação junto. Ressaltou que muitos desses bairros foram responsáveis pelo nascimento de diversos movimentos culturais. Acredita que o poder público deva cuidar para que investimento público seja um potencial gerador de renda para essas agremiações.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) apresentou as ações da DPPC para a salvaguarda do patrimônio imaterial na cidade do Recife, como: Construção da legislação municipal para o patrimônio imaterial; Consolidação de instrumentos de gestão para salvaguarda destes bens e o Fomento das práticas culturais como o vetor de desenvolvimento econômico a partir de incentivos e formações continuadas. Explicou que a elaboração das diretrizes e as políticas públicas não acontecem sem a escuta das pessoas que praticam essas atividades. Ressaltou que o I Fórum para Salvaguarda do Patrimônio Cultural tratará a execução de diretrizes envolvendo o poder público e os representantes culturais. Destacou que está construindo um diálogo com a proposição de que este é um momento de implantação de direitos a longo prazo.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) informou que está articulando com a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Cultura da cidade do Recife, uma forma para que os movimentos culturais possam ter o Cartão de Inscrição Municipal - CIM regularizado, ressaltando que às vezes, o nome que consta no documento pertence a um terceiro. Ressaltou que é uma forma do artista ter um estímulo, se profissionalizar e fazer o CIM corretamente.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) ressaltou que grande parte dos movimentos culturais é autônoma, indicando a necessidade de regulamentar essas atividades. Destacou a necessidade que ocorram esforços de várias secretarias da Prefeitura da cidade do Recife, principalmente a Secretaria de Cultura.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) destacou a DPPC tem o papel de fazer essas políticas públicas culturais, extrapolando o gabinete e minimizando a desconfiança da população com o poder público.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) informou que estão previstas oficinas temáticas no âmbito da elaboração do Plano de Ordenamento Territorial e patrimônio imaterial é um aspecto importante para inclusão no debate.
- ✓ Fernando de Alcântara (Poder Público) destacou que para o poder público, recaem as responsabilidades de trazer o "input" dessas atividades. Destacou a importância do GT do POT, que é uma ação inédita do poder público.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

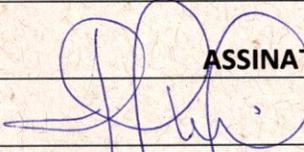
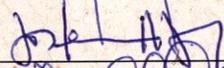
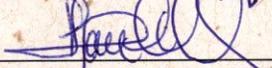
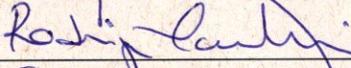
Ata da 6ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural

- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) ressaltou a importância das manifestações dos grupos culturais e reforçou a ideia de que não deveriam haver ações de repressão ou que coíbam essas atividades, independente do que for apresentado.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) comentou que estão fazendo um importante trabalho com representantes da área de segurança urbana. Entende que um bom trabalho não se faz apenas com o recolhimento de dados sobre determinado assunto, mas com uma ação parceira, evitando o isolamento. Reforçou que trazendo as secretarias para perto e abrindo frentes de diálogo, haverá uma ação mais articulada do poder público.
- ✓ Lorena Veloso (Poder Público) comentou que está articulando um trabalho de parceria com o Ministério Público.
- ✓ Marília Dantas (Poder Público) enfatizou a a proposta do Plano é para abertura de um espaço de discussão de forma participativa. Reforçou a importância que ocorra uma base para a criação de direitos e gestão.
- ✓ Dirceu Marroquim (Poder Público) comentou que o exercício de articulação e o trabalho em conjunto é árduo, mas o resultado é gratificante. Encerrou a reunião informando que se não houver um diálogo, não há ação.

Encaminhamentos:

- ✓ 7ª Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural pré-reservada para o dia 27.06.18, às 09h - Sala de Reunião da SEPLAN/5ª andar.

Conselheiros presentes:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Fernando de Alcântara (Poder Público - Suplente)	
José Fernandes Júnior (Poder Público - Suplente)	
Lorena Veloso (Poder Público - Titular)	
Rodrigo Cantarelli (IAB/PE - Suplente)	
Sandra Nunes (Poder Público - Suplente)	